

GAZETA MERCANTIL

ANC p 5

Presidente afirma que decisões da Constituinte não são definitivas

9 JUN 1988

por Cynthia Malta
de Nova York

O presidente José Sarney disse ontem, em entrevista a jornalistas americanos, que considera a nova Constituição brasileira "em grande parte retrógrada e de interesses imediatistas". afirmou, ainda, que a "Assembléia Constituinte ficou, em larga escala, voltada para o passado, querendo restaurar coisas do passado e, ao mesmo tempo, presa ao presente na medida em que havia muitas reivindicações urgentes".

No entanto, Sarney acredita, segundo relato de seu assessor especial de imprensa que assistiu à entrevista, que "esse texto possa ser melhorado e despojado de excessos na segunda votação". Completando a sua resposta ao grupo de jornalistas, que durante uma hora acompanhou o presidente em seu café da manhã, Sarney garantiu que em relação à nova Constituição "não há nada de definitivo" e que "pode ser diminuída".

Ao fazer um balanço da situação político-econômica do Brasil, o presidente disse que "há indicações encorajadoras de que se começa a chegar no fim do túnel". Lembrou ao grupo, composto por jornalistas do The New York Times, The Wall Street Journal, The Washington Post, The Financial Times e Christian Sciences, que a transição política no Brasil "está se fazendo em meio a uma crise econômica e com prevalência de duas ordens constitucionais". Explicou que, embora a nova Constituição ainda não tenha sido promulgada, a sua influência psicológica é grande.

(Segundo a agência AP/Dow Jones, Sarney teria afirmado, ainda, que nos últimos três meses a produção industrial brasileira cresceu significativamente. E lembrou que o País deve colher uma safra de 67 milhões de toneladas de grãos).

A crise econômica teria

sido gerada, em sua opinião, pelo fato de que após a morte do eleito e não-empossado presidente Tancredo Neves, "ficaram apenas as diretrizes genéricas do programa de governo". Havia naquela época, segundo o presidente, "falta de homogeneidade das forças que sustentavam o governo" e por isso, ele viu-se obrigado a "gerenciar a parte econômica sem ter um programa".

A questão do excesso de intervenção do Estado na economia foi abordada pelo jornalista Peter Truell, do The Wall Street Journal, que perguntou qual seria a política adotada pelo Brasil daqui para frente. Sarney respondeu que o processo de privatização de empresas estatais está em pleno andamento, lembrando que a Aracruz Celulose já era uma empresa privada desde a semana passada. Acrescentou que o governo está promovendo "estudos para a retirada total do Estado do setor siderúrgico".

A reforma tarifária foi considerada como uma medida fundamental por Sarney, que vê apenas dois caminhos para a América Latina: "Ou toma o caminho liberal, o caminho da racionalidade, ou é o 'big bang'". Brasil, México e Argentina, na opinião de Sarney, já estariam trilhando esse caminho de liberalização de suas economias. Com relação à questão da dívida externa brasileira, o presidente afirmou que "há evolução no aspecto político". Para Sarney, "a dívida não pode ser paga sem crescimento e essa é uma tese de consenso aceita, tanto pela comunidade financeira internacional quanto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)".

ENCONTROS NA ONU

O presidente Sarney reuniu-se ontem pela manhã, separadamente, com os presidentes do Afeganistão, Chipre e México na sede da Organização das Nações Unidas.